

Movimento dos Sem Terra: cidadania alternativa ou representação de classes?

Márcio Pimenta Machado¹

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, religião, tudo o que se quiser. – Eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de existência, passo em frente que tem como resultado a sua organização como um conjunto diferenciado.

Karl Marx

Breve introdução do contexto histórico e atual da economias da América Latina

Nós produzimos para nós mesmos. Essa é a conclusão que qualquer estudante iniciante de economia, história, sociologia e áreas afins chegam ao compreender as leis econômicas. Aparentemente simples e até mesmo, óbvia, essa afirmação já não é tão real e concreta assim. Os processos de mutação do capitalismo que está em permanente transformação, sendo aliás uma de sua principais características, já não beneficiam a sociedade que as acolhe. A *financeirização* do capital tem feito com que recursos originalmente destinados a produção sejam alocados em mercados financeiros onde os riscos são divididos entre a sociedade e os benefícios são individualizados. Sob a ótica desta nova ordem mundial a sociedade mundial, após a acomodação pós-Guerra Fria, volta a mobilizar-se para questionar sobre o que são e para onde estão indo.

Depois dos ajustes impostos pelo imperialismo para com as economias latino-americanas na década de 80, onde os principais pontos negociados foram:

¹ Economista, Coordenador Setorial e Capacitador Voluntário no projeto Alfabetização Solidária de professores nos municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá, ambos no Estado do Pará. contato@marciopimenta.ecn.br

- i) Política fiscal: imposição de cortes drásticos nos gastos correntes e no investimento público, objetivando uma redução na demanda;
- ii) Política monetária: restrição nos meios de pagamento, corte no crédito interno e elevação das taxas de juros reais;
- iii) Política salarial: sem reajustes e queda do salário real;
- iv) Política cambial e de comércio exterior: desvalorizações da moeda, incremento nas exportações e redução das importações.

Ficou claro o ataque econômico em sua investida a soberania das economias da periferia. Essas medidas “negociadas” atuavam para reduzir o consumo e o investimento, tanto público como privado e provocariam uma incapacidade de crescimento acentuado na economia que perdura até os dias atuais. Na América Latina, essas medidas fizeram com que a taxa de crescimento econômico médio fosse de 0,6% entre 1980 e 1985 e, na recuperação (1985-1990) “saltasse” para 1,9%. Os investimentos foram reduzidos em toda a década de 27,6% para 18,8% .

Passada essa década perdida, ainda haveria mais por vir. Nos anos 90 os Estados latino-americanos, ainda soberanos, tiveram que se submeter aos ajustes de renegociações da dívida (claramente com o apoio do FMI e de investidores internacionais) bem como a um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, cujo único objetivo era a redução do Estado, privatizações de setores estratégicos da economia e abertura comercial. Estas mudanças eram necessárias para “modernizar” as economias periféricas e permitir sua escalada ao bem-estar econômico de uma economia de primeiro-mundo.

Os ganhos com produtividade, eficiência e competitividade justificariam tais políticas, centradas quase sempre com base no Consenso de Washington. Este “consenso” afirmava

que os problemas econômicos latino americanos estavam concentrados nos seguintes aspectos: i) O excessivo crescimento do Estado e ii) Populismo econômico. Para que estes “problemas” fossem solucionados a receita sugerida pelo grupo formado pelo Federal Reserve, Departamento de Estado dos Estados Unidos, Ministros de Finanças dos países que compõe o G-7 e os presidentes dos vinte maiores bancos internacionais, sugeriram¹:

- i) Disciplina fiscal;
- ii) Mudanças das prioridades em relação as despesas públicas;
- iii) Reforma tributária;
- iv) Taxa de juros positiva e orientada pelo mercado;
- v) Taxa de câmbio idem;
- vi) Abertura comercial sem restrições;
- vii) Investimentos diretos estrangeiros sem restrições;
- viii) Privatizações;
- ix) Desregulamentação de mercado;
- x) Direito a propriedade garantida por lei (mais seguro).

Os cinco primeiros tópicos têm como objetivo a estabilidade macroeconômica através, não mais da participação do Estado, mas de uma economia baseada no mercado. Assim, o Estado que sempre foi o promotor dos investimentos, era visto agora como um empecilho econômico.

As questões das dívidas (interna e externa) não são discutidas no Consenso, a liberalização dos mercados seria suficiente para incrementar a eficiência produtiva e gerar divisas, que logo, poderiam cobrir os déficits.

Dentre as soluções sugeridas pelo Consenso, duas são particularmente interessantes. O dinheiro arrecadado com as privatizações das empresas estatais serviria para amortizar

parte das dívidas e a abertura do mercado de capitais, com livre fluxo de entrada e saída, formariam a poupança necessária para financiar o desenvolvimento.

No entanto, a poupança formada pelo ingresso de capitais estrangeiros possui duas características básicas: i) a volatilidade do capital e ii) financiamento de importações. O capital volátil, ao menor sinal de crise em economias subdesenvolvidas (ainda que não seja a economia onde está presente) foge imediatamente dos altos riscos ao qual está exposto e se abriga em títulos da dívida dos Estados Unidos, que embora remunerem menos, são mais seguros. O financiamento de importações, por sua vez, ocorre por que este tipo de poupança geralmente está condicionado a abertura de mercados. Ou seja, as importações são financiadas pela própria poupança externa.

O MST como um movimento legítimo

Com a queda gradual das ditaduras latino-americanas, pós-1970, diversos foram os movimentos sociais que foram surgindo em todo o continente. Entre estes movimentos, temos o MST, Movimento dos Sem-Terra, de grande visibilidade nacional e internacional. Se em uma primeira fase o MST usava como lema “Terra para quem nela trabalha”, logo na segunda metade da década de 80, passou a “Ocupar, resistir, produzir”. Este movimento tem desde então ganhado força e legitimidade.

O Movimento dos Sem Terra é legítimo no sentido de que não apenas lutam pela terra, pelo menos não mais por isso apenas, e para o seu uso destinado a produção real, mas como também buscam influenciar as condutas político econômicas. No ultimo dia 02 de maio de 2005, o MST conduziu a maior marcha da história do Brasil, com cerca de 12 mil trabalhadores e trabalhadoras, à capital do país, com o objetivo de chamar a atenção não somente para os assentamentos, mas a conduta da política econômica do país. Na carta entrega ao Presidente, pelos menos seis itens são direcionados a este propósito, a saber: i)

aplicação do superávit primário em moradias, educação e saúde; ii) redução das taxas de juros; iii) aumento do poder aquisitivo da população através do aumento no salário mínimo; iv) impedir a independência do Banco Central; v) Não assinar o acordo da ALCA e vi) realizar uma auditoria pública da dívida externa. O documento abrange ainda questões de relações internacionais.

Essa ampliação nos objetivos propostos tornam o MST, representante de uma faixa da classe trabalhadora, formada por um conjunto de sujeitos que exibem um Brasil real. São agentes atuantes da economia da produção.

As políticas recentes que desestimulam o investimento, e incentivam movimentos especulativos do capital, tornam ainda mais oneroso o processo de distribuição de terras e políticas de desenvolvimento rural. É um custo ao desenvolvimento econômico. O MST movimenta-se agora por esse novo campo político por não ter escolhas. A história não lhe daria alternativas. Compreender o contexto em que vive e se manifesta seria um passo natural nas suas lutas.

A Questão do Desenvolvimento²

Bresser-Pereira (2003)³ ressalta a condição da sustentabilidade do ciclo de transformações da sociedade para que se possa caracterizar desenvolvimento econômico. “Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços.”

Desta forma o ciclo auto-sustentado destes elementos deverá ter como resultados a elevação do padrão de vida. Quando os fatores de produção se somarem e com isso agregarem valores cada vez maiores.⁴

O acesso às oportunidades de liberdade de desenvolvimento obtidas através de fortalecimento e transparências das instituições, da eliminação de componentes que privam os agentes de ações econômicas, políticas e sociais individuais e/ou coletivas de caráter próprio deverão estar estabelecidas e explícitas no processo de condução e consolidação para com o desenvolvimento. O cidadão ao poder exercer livremente o seu papel na sociedade, como um agente independente e ou coletivo, não importando aqui se para interesse individual ou do grupo ao qual pertence, tenderá a buscar o seu espaço no mercado, imediatamente após satisfazer as suas necessidades básicas de produção e consumo. Este é o comportamento comum de uma sociedade capitalista.

Considerações Finais

O movimento organizado do MST é uma força que não mais se contenta em lutar no e para o campo. E nem poderia. A sua representatividade já ultrapassa um simples exercício de cidadania. As novas dimensões o levam a absorver trabalhadores dos mais diversos segmentos e origens. Não é por acaso que encontra-se engajado a esse movimento pessoas que se quer lidaram com a terra uma única vez na vida.

Não trata-se portanto de exigir direitos de cidadania, nem mesmo cidadania alternativa. A busca pelo trabalho, de forma legítima, da produção em uma economia real é uma luta por

representação de classes. Os exercícios propostos em seus encontros nacionais são direcionados, sempre a questão produtiva e do valor do trabalho do indivíduo, tal como Sen afirma no direito de exercício da liberdade econômica e social. As reivindicações focais já não cabem no discurso como os movimentos já não são regionais, mas nacionais.

¹ CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. Ed. UNESP, São Paulo, 2000

² STIGLITZ, Joseph (2000). Distribuição, eficiência e voz: elaborando a segunda geração de reformas. In: Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico. Edson Teófilo (org.) Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2000.

³ BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Ed. 34, São Paulo, 2003.

⁴ CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.